

Acordo garante a votação de sete medidas provisórias

O Senado deve votar hoje, a partir das 10h, sete medidas provisórias – que estão obstruindo a pauta – e os decretos legislativos que autorizam o envio de tropas brasileiras ao Haiti e ampliam o contingente militar no Timor Leste. Acordo foi proposto por Arthur Virgílio e aceito por Aloizio Mercadante

Página 3

Governador quer legalizar extração de diamantes

Página 2

Mantega prevê crescimento maior no 2º semestre

Página 6

Manifestações contra exploração sexual de menores

Senadoras e deputadas acompanham crianças em ato no Congresso



José Cruz

Diversos atos públicos e *shows* musicais marcaram ontem em Brasília o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A senadora Patrícia Saboya e os integrantes da CPI da Exploração Sexual entregaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um mapa dos abusos praticados nas estradas brasileiras.

Página 6

Comissão aprofunda debate sobre parcerias público-privadas

Página 7

Senadores analisam reflexos do sistema de cotas na universidade

Página 8

J. Freitas



PEDIDO DE VISTA Ramez Tebet concedeu maior prazo para que senadores da Comissão de Assuntos Econômicos possam analisar projeto que institui as PPPs

Célio Azevedo



MUDANÇA Ao lado de Osmar Dias (C), em audiência pública na Comissão de Educação, a reitora Ana Gazzola apresenta sugestões para a reforma universitária

Agenda

Plenário pode destrancar pauta e votar envio de tropas ao Haiti

O Plenário do Senado realiza hoje, às 10h, sessão deliberativa extraordinária para o exame de projetos de conversão provenientes de

medidas provisórias, que têm prioridade na votação. Se a pauta for liberada, os senadores poderão analisar a proposta de envio de tropas

brasileiras ao Haiti (PDS 568/04) e o projeto que autoriza a ampliação do contingente brasileiro para a missão em Timor Leste (PDS 567/04).

Estatuto do Portador de Deficiência na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 10h, para analisar dois projetos do senador Paulo Paim

(PT-RS) que tratam do Estatuto do Portador de Deficiência (PLSs 6/03 e 429/03). Às 14h30, os senadores da Comissão

Especial de Questões Fundiárias ouvem o chefe do Distrito do DNPM em Rondônia, Deolindo Carvalho.

Comissão analisa desertificação em Vazante

Os senadores da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) discutem hoje, às 10h, o processo de contaminação das águas e da desertificação na região de Vazante (MG), causados pela exploração subterrânea de zinco. Entre os convidados está o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Marcus Luiz Barroso Barros.



Senadores discutem suspensão de promoção da Gol

A determinação do Departamento de Aviação Civil (DAC) que suspendeu a venda de passagens aéreas no valor de R\$ 50 pela companhia aérea Gol será discutida hoje, às 18h, na reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Subcomissão de Turismo. Serão ouvidos o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia; o diretor-geral do DAC, Washington Machado; além dos presidentes da Gol, da Varig, da Vasp e da Tam.



Contrapartida ambiental para a venda de pneus

Projeto que trata da contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil (PLS 216/03), é tema de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 10h. Participam do encontro o governador do Paraná, Roberto Requião, e o presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ABIP), Gerardo Tommasini.



Seminário sobre comunicação

De hoje até o dia 21, o Interlegis sedia a quarta edição do Seminário Internacional de Comunicação de Brasília (Sicom). Iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o evento pretende discutir os métodos de fiscalização dos meios de comunicação.

Reuniões administrativas

Duas comissões realizam hoje reunião para a definir calendário de trabalho e votação de requerimentos: a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga o envio ilegal de dólares ao exterior, às 10h; e a Subcomissão de Turismo, às 14h.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PROPOSTA Delcídio Amaral (C) e Mozarildo Cavalcanti (D) ouvem Ivo Cassol (E) em audiência na Comissão de Questões Fundiárias

Governador sugere que estatal explore diamantes

O governador de Rondônia, Ivo Cassol, sugeriu ontem, em audiência pública da Comissão Especial de Questões Fundiárias, a criação de uma empresa estatal para explorar diamantes na reserva Roosevelt, dos índios cintas-largas, em Rondônia. Conforme a proposta, os índios ficariam com 20% do total, a título de *royalties*, e o governo de Rondônia também teria participação na empresa.

Para Ivo Cassol, a saída para o impasse entre índios e garimpeiros é a legalização da extração de diamantes. Segundo ele, os diamantes retirados na área são vendidos por 30% do valor real e nenhum imposto é recolhido.

O governador acusou o superintendente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Walter

Blóss, de ser o responsável pela chacina ocorrida na reserva indígena dos cintas-largas. O governador defendeu a criação de uma força-tarefa que envolva a Polícia Federal, o Exército e os garimpeiros para realizar uma varredura na reserva em busca de mais corpos.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apoiou a instituição de uma força-tarefa para fazer varredura na área indígena. Ele também concorda que uma estatal deve explorar a extração de diamantes e sugeriu que a Serviços Geológicos do Brasil-CPRM assumira a função.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) lembrou que em seu estado quase ocorreu um conflito entre índios e fazendeiros depois que Walter Blóss passou pela Funai de Roraima.

Mozarildo quer esclarecer compra de armas pela Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) encaminhou requerimento de informações ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre compra, por meio da Carta-Convite 19/03, de armas de fogo e caixas de munição pela Administração Executiva da Fundação Nacio-

nal do Índio (Funai) sediada em Manaus. A entrega da proposta foi feita no dia 17 de dezembro de 2003. Mozarildo revelou que a denúncia chegou ao seu conhecimento por intermédio de um índio que o procurou em seu gabinete no Senado.

Segundo Mozarildo, a Funai estaria comprando 21 espingardas calibre 20 com 110 caixas de cartuchos; oito rifles calibre 22 com 70 caixas de cartuchos; e 200 caixas de cartuchos calibre 38.

– Para que a Funai quer armas e munições? – indagou.

O senador explicou que os agentes da Funai não têm o direito ao uso de arma, pois não são policiais. E lembrou as execuções de garimpeiros na reserva Roosevelt, voltando a questionar: “Será que a Funai está por trás disso?”

Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, disse que deixou de acreditar na Funai há muito tempo. “O que a gente sabe desse órgão não é nada bom”.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Acordo pode garantir votação de sete MPs

Só depois do exame das medidas, Senado pode decidir sobre envio de tropas ao Haiti e ao Timor Leste

O Senado vota em sessão extraordinária, hoje, a partir das 10h, as sete medidas provisórias que estão obstruindo a pauta e os decretos legislativos que autorizam o envio de tropas brasileiras para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti e a ampliação do contingente militar brasileiro em missão no Timor Leste.

Ontem à noite, o Congresso Nacional chegou a ser convocado para votar os decretos legislativos, assegurando a participação do Brasil em forças de paz internacionais. A oposição no Senado, no entanto, considerou que, como a Câmara dos Deputados já havia votado o envio de tropas brasileiras, configurava-se uma manobra para que o Senado, com a pauta obstruída por medidas provisórias, votasse os decretos legislativos.



ENTENDIMENTOS Governistas e opositores discutem a autorização para envio de tropas ao exterior

Presidindo a sessão do Congresso, o vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), apelou para que o envio de tropas seja votado ainda hoje. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), acolheu a sugestão do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), de que o Senado vote em ses-

são extraordinária as matérias que estão trancando a pauta e assim possa aprovar, também, o envio de tropas brasileiras. Mercadante defendeu na tribuna a aprovação da participação do país em forças de paz internacionais. O senador lembrou que o Brasil pleiteia um assento no Conselho de Segurança

da ONU.

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) criticou o envio de tropas ao Haiti, que, para ela, legitimaria um golpe de Estado naquele país. Ela defendeu o cumprimento do regimento do Senado. Em resposta, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Be-

zerra (PTB-RN), reconheceu que, para aprovar o envio de tropas, é necessário desobstruir a pauta no Senado.

Se aprovados os decretos legislativos, o Brasil aumentará para 125 militares seu contingente no Timor Leste e poderá enviar até 1.200 militares ao Haiti, que, sob intervenção internacional, vive um conflito civil. Quaisquer mudanças nesses números deverão ser autorizadas pelo Congresso.

Ouvidos na semana passada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara dos Deputados, os ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores, e José Viegas Filho, da Defesa, defenderam o envio dos soldados brasileiros. Celso Amorim disse que, nas negociações com a ONU, houve a ressalva de que a operação precisaria ter o aval do Legislativo. José Viegas assinalou que a missão oferece pouco risco aos soldados brasileiros, e observou que, nos últimos três meses, não houve baixas nas forças interinas que estão no Haiti.

Liberação de FGTS para vítimas de calamidades vai à sanção presidencial

O Senado aprovou e enviou à sanção presidencial o projeto de lei de conversão (PLV 28/04) relativo à Medida Provisória 169/04, que permite ao trabalhador sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de necessidade pessoal decorrente de desastre natural (enchentes, secas, tempestades etc.). O trabalhador deverá residir em área atingida por desastre natural, formalmente reconhecido pelo governo federal, e terá direito ao saque 90 dias após a decretação da emergência ou calamidade pública.

O valor máximo do saque a ser efetuado pelo trabalhador será definido em regulamentação a ser enviada ao Congresso Nacional pelo governo. Dos 13 oradores, cinco defenderam a proposta e oito criticaram a decisão do governo. O principal argumento é o de que a população atingida por desastres naturais é, em grande maioria, desempregada ou constituída de trabalhadores informais, não tendo, portanto, FGTS. A MP foi editada pelo governo para atenuar os efeitos das en-

chentes ocorridas no Nordeste no começo do ano.

Em defesa da medida provisória falaram o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e os senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Flávio Arns (PT-PR), Maguito Vilela (PMDB-GO), além do próprio relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Os senadores que defenderam a MP concordaram que um número pequeno de pessoas será beneficiado, mas consideraram que a liberação do FGTS representa uma ajuda a mais às vítimas de desastres naturais.

— Por que não permitir a quem tem direito ao FGTS o uso de sua poupança compulsória, de seu pecúlio, para reconstruir sua vida? Imaginem as vítimas do ciclone em Santa Catarina, gente de classe média, que teve seus apartamentos danificados ou parcialmente destruídos? — argumentou Mercadante. Hélio Costa lembrou de vítimas de desastres naturais no sul de Minas Gerais, a grande maioria, segundo o senador, com direito ao Fundo de Garantia.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que a MP

contraria toda a regra internacional referente a desastres naturais. “Em qualquer país civilizado, cabe ao poder público a reparação dos danos, a reconstrução das áreas destruídas por catástrofes naturais. O governo Lula transfere essa obrigação justamente às vítimas da tragédia”, disse o senador.

José Jorge (PFL-PE) classificou a medida de “propaganda enganosa”, porque as maiores vítimas das enchentes, que motivaram a MP, não têm FGTS e “nem sabem o que é isso”. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo de “transferir um ônus que seria do poder público para o trabalhador de baixa renda”. Para ele, a MP é “irrelevante e ineficiente”.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) citou o jornal *Folha de S. Paulo* para informar que o FGTS só atende 6% das vítimas das enchentes do início do ano, um total aproximado de 370 mil pessoas. A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) lembrou que 54,4% da força de trabalho do país está na informalidade, e a maior parte “nem sabe o que é FGTS”.



Rosevelt Pinheiro

CORREÇÃO Tião Viana quer evitar perda na arrecadação com o Imposto de Renda

Viana muda MP da Previdência, que retorna à Câmara

O relator do projeto de conversão da medida provisória que regulamenta a reforma da Previdência (MP 167/04), senador Tião Viana (PT-AC), informou que vai alterar o projeto de conversão (PLV 27/04) sobre o assunto, aprovado pelos deputados, e restabelecer quatro parágrafos suprimidos. Com a supressão, o governo perderia arrecadação de Imposto de Renda nos resgates dos cotistas dos fundos de pensão. Por causa da alte-

ração, depois de votado no Senado, o PLV voltará ao exame dos deputados.

A Presidência da Câmara enviou comunicado ao Senado esclarecendo que realmente quatro parágrafos do artigo 11 da Lei 9.532/97 foram suprimidos na votação dos deputados. Essa supressão não constava da medida provisória enviada pelo governo. O projeto de conversão da MP esteve na pauta de votações de ontem, mas a liderança governista resolveu adiar seu exame para hoje.

Os governistas sabem que não contarão com votos da oposição e não quiseram arriscar a votação ontem, apesar da presença de 68 dos 81 senadores. A oposição pretende votar contra porque se trata da regulamentação da cobrança de 11% dos aposentados do serviço público. A cobrança já está na Constituição (Emenda 41) desde o fim de 2003, mas, se a regulamentação for derrubada, haverá adiamentos na cobrança dos 11%, em vigor desde o dia 11 deste mês. “Não vamos arriscar nada”, avisou o relator Tião Viana.

A medida provisória da Previdência é o primeiro item da pauta de hoje.

Cristovam sugere adoção de choque social via Congresso

■ Ele pede ao Legislativo que assuma iniciativa, caso o governo não se interesse em tomar essa providência

Fotos: Roosevelt Pinheiro



ESFORÇO Cristovam afirma que país dará um salto se dobrar verba para fundo da pobreza

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) sugeriu ontem que o Congresso tome a iniciativa de elaborar medidas que permitam um choque social, caso a providência não seja tomada pelo governo.

– Se o Executivo não se interessar em mandar o pacote que permita um choque social, que os senadores tenham ousadia e responsabilidade de tomar a dianteira. Isso é possível fazer: temos os recursos necessários, com responsabilidade finan-

ceira. Devemos quebrar a lógica dos últimos 50 anos, de ver a abolição da pobreza como consequência do desenvolvimento econômico.

Na opinião de Cristovam, é

possível se fazer um choque social com R\$ 6 bilhões e “dar o salto que o país espera há tantos anos”. Para isso, basta dobrar os recursos do Fundo de Erradicação da Pobreza, disse.

Segundo o senador, a “simples proposta de recuperar a educação brasileira trará grande geração de empregos”, por conta das obras que serão necessárias e do aumento do salário dos professores. Outra proposta que poderia permitir avanços seria abolir o trabalho e a prostituição infantil no país.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que não se pode fazer economia para pagar juros. Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que o governo deveria ouvir mais Cristovam Buarque.

Paim volta a defender maior reajuste do mínimo

Um acordo entre os Poderes Legislativo e Executivo no sentido de aumentar o salário mínimo para um valor acima dos R\$ 260 concedidos pelo Executivo voltou a ser proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Ele citou resultado da pesquisa CNT/Sensus, realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), segundo a qual 90% dos entrevistados consideram que o valor ideal deveria ser R\$ 282.

A pesquisa CNT/Sensus detectou que apenas 5% dos brasileiros concordam com o salário mínimo de R\$ 260. Na avaliação de 43,4% da população, o valor deveria ser superior a R\$ 300. Paim manifestou esperan-

ça de que as negociações com o relator da medida provisória na Câmara, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), viabilizem um acordo para aproximar o salário mínimo de um valor correspondente a US\$ 100.

Outra pesquisa mencionada por Paim foi a realizada pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), que detectou que 99,99% dos consultados não aceitam de forma alguma a desvinculação do salário mínimo dos benefícios de aposentados e pensionistas.

O senador também parabenizou a Universidade Federal da Bahia por ter adotado Programa de Ações Afirmativas, re-



EMPENHO Paulo Paim espera que salário seja aumentado para cerca de US\$ 100

servando 45% das vagas para estudantes de escolas públicas. Segundo Paim, dessa cota, 85% serão destinados a negros e 2% a indígenas e descendentes.

O senador pediu ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ramez Tebet (PMDB-MS), que coloque em votação ainda este mês o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03).

netos”. Ele leu trechos de uma entrevista do estudioso Guilherme Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em que sustenta que o verdadeiro programa social brasileiro é a Previdência Social.

Mão Santa advertiu que, se houver a desvinculação do salário mínimo dos reajustes da Previdência, quase 20 milhões de brasileiros entrarão na faixa de pobreza, conforme declaração do pesquisador, que assessora o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e estuda os efeitos de políticas sociais sobre a distribuição de renda.



PREJUÍZO Mão Santa adverte que 20 milhões de brasileiros iriam para faixa de pobreza

Para o parlamentar, o governo federal deve encontrar uma forma de aumentar o salário mínimo, mas não pode prejudicar milhões de aposentados, “muitos deles responsáveis pelo sustento de seus filhos e

Mão Santa critica a idéia de desvincular Previdência

A idéia de desvincular o salário mínimo dos reajustes da Previdência Social, lançada por alguns ministros e apoiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu ontem, em Plenário, críticas do senador Mão Santa (PMDB-PI). “Isso é coisa do núcleo duro e insensível do Palácio do Planalto. Mas, se cumprida, será uma desgraça total”, afirmou.



DADO INCÔMODO Brasil tem a segunda maior taxa de juros do mundo, lembra Aelton

Aelton pede redução de 1,5 ponto na taxa de juros

Na véspera do anúncio pelo Comitê de Política Monetária (Copom) da nova taxa de juros, o senador Aelton Freitas (PL-MG) voltou a defender a queda dos juros praticados no país, sugerindo uma redução de 1,5 ponto percentual – atualmente a taxa é de 16% ao ano.

O senador citou dados de pesquisa realizada pela Global Invest, e divulgada pelo jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, que apontam o Brasil como o país que ostenta a segunda maior taxa de juros reais do mundo, em torno de 9,8%, perdendo apenas para a praticada na Turquia, que gira em torno de 10,3%.

– Diante desse valor, a previ-

são dos analistas que indicam uma nova redução da taxa em 0,25% não seria suficiente para retirar o país dessa incômoda posição no *ranking* mundial dos juros reais. E nós sabemos que a redução da taxa de juros é uma forma indireta de se garantir maior poder aquisitivo à renda e poderia impulsionar investimentos e, conseqüentemente, geração de empregos.

Aelton considera que, para que haja mudança significativa “neste quadro alarmante de juros”, seria necessária uma redução imediata de pelo menos 1,5%. No entanto, reconheceu, os últimos sinais dados pelos responsáveis pela definição da taxa não permitem grandes esperanças.

Mesmo admitindo que as decisões do Copom são técnicas, Aelton afirmou que não se pode desconsiderar a necessidade de crescimento econômico. Nesse sentido, ele lembrou que as críticas que o próprio vice-presidente José Alencar tem feito às altas taxas de juros vigentes são construtivas, mas não têm sido ouvidas.

A taxa média de juros vigente nos países emergentes é de apenas 3,7%, informou o senador, declarando que entende e se solidariza com o governo quanto ao reajuste do salário mínimo, mas que não vai se calar em relação aos juros enquanto os índices se mantiverem elevados.

Quintanilha critica posição oficial sobre transgênicos

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) comparou, ontem, a posição do governo brasileiro com relação aos organismos geneticamente modificados com a Inquisição, quando Galileu Galilei foi obrigado a negar que a Terra girava ao redor do Sol, ao contrário do que havia demonstrado. O parlamentar afirmou que o país “está patinando” em relação à utilização de organismos transgênicos na agricultura.

Quintanilha citou também o sanitarista Oswaldo Cruz, antes considerado vilão, por obrigar todos a se vacinar, e depois transformado em herói nacional, ao extinguir a febre amarela em zonas urbanas do país. “O mundo inteiro caminha para o cultivo de transgênicos”, que ocupam hoje quase 100 milhões de hectares de culturas, ressaltou o senador, lem-



SOLUÇÃO Quintanilha diz que “mundo caminha para cultivo de organismos modificados”

brando a evolução da ciência não apenas em relação à soja, mas também referente ao cultivo da batata, da canola, do algodão e de outras culturas.

O parlamentar disse ainda que, há muito, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) oferece variedades transgênicas de soja criadas pela empresa, mas elas nunca foram utilizadas. A Embrapa, de acordo com Quintanilha, provocou uma revolução no setor primário da economia brasileira, tanto na agricultura como na pecuária, e por isso merece a admiração e o respeito de todos.



PRIVILÉGIO Para César Borges, destinação de verbas constitui "escândalo"

César Borges critica distribuição de verbas do governo federal

O senador César Borges (PFL-BA) definiu como um "verdadeiro escândalo" o presidente Lula ter privilegiado prefeituras comandadas pelo PT na liberação de R\$ 174 milhões distribuídos para obras nos cem maiores municípios brasileiros. Ele observou que, desse total de recursos, R\$ 91,8 milhões destinaram-se a municípios governados pelo PT ou

pelos partidos que dão apoio ao governo.

– Enquanto 28 municípios do PT ficaram com R\$ 91 milhões; 13 municípios do PFL com apenas R\$ 35 milhões; e 17 municípios do PSDB com R\$ 7,2 milhões. Ou seja, 30 municípios receberam metade do que receberam os 28 municípios do PT.

César Borges ressaltou que que-

ria registrar esse protesto para dizer que a cidade de Salvador, administrada pelo pefelista Antonio Imbassahy e terceira maior metrópole do país, não foi contemplada como um dos dez maiores municípios brasileiros. "Isso é uma discriminação inaceitável, que precisa ser corrigida", afirmou o parlamentar.

No mesmo discurso, César Borges

contou que, na segunda-feira, numa reunião com o presidente da República, os prefeitos das principais cidades brasileiras não obtiveram um só compromisso do governo para com suas populações.

– O presidente Lula atendeu alguma reivindicação desses prefeitos? Absolutamente nada. Na verdade, a reunião foi totalmente infrutífera.

Marcos Guerra pede medidas em favor de microempresas

Marcos Guerra (PMDB-ES) pediu ao governo que adote medidas para proporcionar, aos micro e pequenos empresários, condições indispensáveis a que continuem em atividade. E afirmou que a confiança da classe produtiva se encontra seriamente abalada, diante dos rumos da economia.

O senador observou que, de cada dez micro e pequenas empresas, três encerram suas atividades antes do fim do primeiro ano de funcionamento, enquanto seis não conseguem ultrapassar os cinco anos iniciais.

Marcos Guerra disse que chama atenção o fato de que a dificuldade de crédito atinge exatamente o segmento empresarial que compreende 99% das 4,6 milhões de empresas brasileiras, que emprega 67% das pessoas ocupadas em atividades privadas e que é responsável por 20% do PIB nacional.

Segundo o senador, em qualquer país, a microempresa é reconhecida como grande força produtiva. Daí porque, no seu entender, a legislação que regula o ICMS precisa ser modificada para tornar-se mais objetiva e reduzir a carga tributária.

Marcos Guerra ressaltou que o Espírito Santo conta com 49.797 empresas em funcionamento, nas áreas de comércio, indústria e prestação de serviços. Entre essas, 29.616, ou seja, 69,2% são microempresas.



ESTÍMULO Marcos Guerra diz que Espírito Santo incentiva pequenos empresários

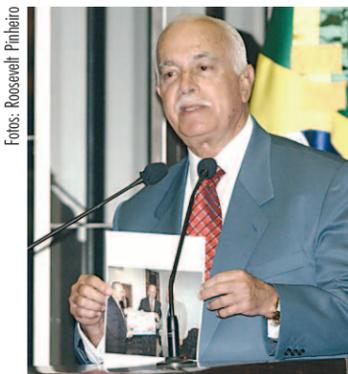
ACM elogia ministro por solucionar caso de jornalista

■ "Thomaz Bastos agiu como verdadeiro homem de Estado, teve uma atitude digna, competente"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou a atuação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no episódio do cancelamento da expulsão do país do jornalista Larry Rohter, do jornal *The New York Times*, autor de reportagem considerada pelo governo ofensiva à honra do presidente da República.

– O ministro da Justiça agiu como verdadeiro homem de Estado, teve uma atitude digna, competente, porque sabia que o rumo adotado pelo governo não era o mais adequado – disse Antonio Carlos.

O senador lembrou que, imediatamente após a publicação da reportagem, o presidente da República obteve o apoio in-



SALÁRIO Para ACM, "mínimo de R\$ 260 é um desrespeito à população pobre do Brasil"

condicional de todo o Congresso, inclusive da oposição. Menos de 48 horas depois, porém, segundo ele, todos se uniram contra o governo, em razão da "violência" da resposta presidencial – o cancelamento do visto de permanência do jornalista no país.

Para Antonio Carlos, a saída encontrada pelo ministro da Justiça foi perfeita, porque evitou a violência e preservou a

honra do presidente, em um episódio que, afirmou, deve ser esquecido por todos o mais rapidamente possível. "Gostaria que meus cumprimentos, minhas congratulações, chegassem ao ministro da Justiça, e eu sou até suspeito para isso porque sou amigo pessoal dele. Antes, porém, outro baiano, o ministro Peçanha Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), já havia encaminhado solução provisória bastante adequada", assinalou.

Antonio Carlos aproveitou também para mostrar uma foto de cinco anos atrás em que ele próprio, em companhia dos atuais senadores Paulo Paim (PT-RS) e José Jorge (PFL-PE), então deputados federais, mostravam um cheque de US\$ 100, que apontavam como valor ideal do salário mínimo.

– Portanto, não é uma posição nova a nossa. Salário mínimo de R\$ 260 é um desrespeito à população pobre do Brasil – acrescentou.

Jefferson vê despreparo de Lula e quer mudar estatuto

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) determina que o presidente da República só poderá expulsar estrangeiros se esses forem condenados em processo administrativo, com amplo direito à defesa. A proposta (PLS 144/04) foi sugerida para adequar o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) ao princípio constitucional do "devido processo legal".

De acordo com o senador, a incoerência entre a lei e a Constituição pôde ser notada em razão da polêmica em torno do cancelamento do visto do jornalista norte-americano Larry Rohter. Ele foi punido com ex-

pulsão, acusado de ofender "a honra do presidente Lula e causar grave prejuízo à imagem do Brasil no exterior", por causa de reportagem "leviana e mentirosa" publicada na edição de 9 de maio do *The New York Times*.

Além de apontar o erro da legislação, Jefferson criticou o ato do governo, por se basear na crença de que houve ataque à soberania nacional.

O senador também lamentou que o erro de interpretação tenha sido reforçado pelo desconhecimento de conceitos jurídicos elementares por parte de Lula e seus ministros.

Outra manifestação de ignorância teria partido do minis-



DEFESA Jefferson propõe que estrangeiro só seja expulso depois de condenado

tro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, do secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, e do presidente do PT, José Genoíno, que trataram como "calúnia" (falsa acusação de crime) o que teria sido apenas difamação (dano à reputação).



EFEITO Heloísa conclui que reportagem chamou atenção para doença do alcoolismo

Heloísa sugere que Lula proíba a propaganda de bebidas

Heloísa Helena (sem partido-AL) pediu ontem ao presidente Lula que tenha "coragem política" e edite medida provisória proibindo a propaganda de bebidas alcoólicas em todo o país.

– A reação do presidente à reportagem do jornalista do *The New York Times* chamou a atenção para a doença do alcoolismo, uma doença séria, que traz muita dor às famílias que precisam lidar com o problema.

Heloísa destacou que diversas pesquisas, que consideram o álcool uma droga psicotrópica, já apontaram as consequências do alcoolismo na falta ao trabalho e no aumento da violência em vários aspectos. Segundo ela, essas pesquisas revelam que mais de 12% da população brasileira são vítimas do alcoolismo; que, no raio de um quilômetro de um bar, os índices de violência são maiores; e que o estupro doméstico de crianças é, em grande parte, causado pelo alcoolismo.

A senadora protestou contra declaração de Lula que ela considerou discriminatória e preconceituosa em relação aos homossexuais. Heloísa lembrou que, ao se referir à matéria do jornal norte-americano, Lula disse que um dia poderiam chamá-lo de *gay* e apontou essa hipótese como motivo para ordenar o cancelamento do visto de permanência do jornalista.

José Cruz



HOMENAGEM Patrícia Saboya acende vela em memória às vítimas da violência, observada por Luiz Couto

Congresso Nacional unido contra exploração sexual

■ No dia nacional de combate a esses crimes, Patrícia Saboya pede leis rigorosas e o fim da impunidade

Atos públicos e religiosos, carreatas, *shows* musicais, apresentação de grupos culturais e assinatura de convênios entre governo e a iniciativa privada marcaram ontem, em Brasília, as comemorações do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data, que foi instituída por lei federal em 2000 e tem por meta mobilizar a sociedade no combate à violência sexual contra meninos e meninas, lembra o dia em que uma criança de nome Araceli Sanchez, de apenas 8 anos de idade, foi estuprada e brutalmente assassinada em 1973, na cidade de Vitória (ES).

Logo pela manhã, parlamentares de todos os partidos, representantes de entidades governamentais e não-governamentais de combate à violência sexual, além de cerca de 200 crianças e adolescentes, empunhando cartazes e entoando dizeres como “esquecer é permitir, lembrar é combater”, subiram a rampa do Congresso e se deslocaram até o Salão Negro, onde ocorreu o ato público pelo fim da impunidade. Na

oportunidade, foi entregue aos parlamentares um dossiê contendo 31 casos de crimes contra menores que ainda não foram esclarecidos, como a morte da menina Ana Lídia, ocorrida em Brasília em setembro de 1973.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), coordenadora da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado Federal e presidente da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga redes de exploração sexual no Brasil, voltou a reafirmar, ao falar na solenidade, a necessidade de se combater com rigor esses crimes.

Para Patrícia Saboya, é imprescindível promover alterações na legislação para assegurar os plenos direitos das crianças e adolescentes e combater a impunidade, principalmente quando o crime é praticado por pessoas que detêm cargos e funções de destaque na sociedade, como políticos, juízes, empresários e até clérigos.

Leis duras

Representantes de entidades ligadas à defesa de menores, como o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, também falaram ao longo do ato público. Eles reivindicaram leis mais duras para crimes de abuso sexual contra menores e a criação de delegacias

especializadas para atender crianças e adolescentes que forem maltratados. Todos deixaram claro, entretanto, que o problema é tão grave no Brasil que a impunidade passou a ser regra, e não exceção.

Logo em seguida, foi realizado, na Capela do Congresso, ato religioso lembrando as vítimas de exploração sexual. Durante a cerimônia, dirigida pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), padre da Arquidiocese da Paraíba, foram acesas velas em memória às vítimas.

O ato público foi concluído nas dependências do Legislativo com um abraço simbólico no edifício-sede do Congresso Nacional.

No início da tarde, a senadora Patrícia Saboya, acompanhada de membros da CPI da Exploração Sexual, reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, onde foram assinados convênios e acordos para o enfrentamento da violência sexual.

A senadora aproveitou a ocasião para entregar ao presidente Lula um mapa da exploração sexual infanto-juvenil nas estradas brasileiras, que mostra que mais de 12 mil quilômetros da malha rodoviária servem de rota para a prostituição e o tráfico de menores, como a Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte (MG).

Papaléo critica delegação de funções para ONGs

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) manifestou sua preocupação com a delegação de funções, por parte do Estado, para organizações não-governamentais, muitas vezes criadas sem critérios e sem dispor de estrutura adequada para cumprir o que deveria ser sua obrigação. Ele completou que, além desses problemas, a atuação dessas ONGs e a forma como elas aplicam os recursos recebidos não são fiscalizadas.

– No estado do Amapá, nos últimos anos, surgiram dezenas de ONGs. Será que essas instituições apresentam pessoal, estrutura e competência para bem servir ou será uma forma de desviar fonte de recursos, visando ações eleitorais ou futuras campanhas? – indagou.

Segundo Papaléo, o Senado não pode ficar omissivo quanto à aplicação dos recursos em



EXCESSO Papaléo analisa surgimento de dezenas de entidades no Amapá

setores essenciais como saúde e educação. Citando pronunciamento feito pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Papaléo lamentou que, em 2003, tenha sido repassado R\$ 1,3 bilhão para ONGs, correspondente a 41,4% do que foi transferido pela União para os 5.560 municípios brasileiros.

Papaléo também leu trechos de editorial publicado pelo *Diário do Amapá* no dia 15 de maio, que denuncia a criação de um sistema, pelo governo anterior daquele estado, com o objetivo de gerenciar caixas escolares, e que estaria possibilitando o surgimento da corrupção financeira.



GARANTIAS Mantega, ao lado de Bernardo (C) e Garibaldi (D), explica aos parlamentares que superávit primário será mantido até 2007

Orçamento escolhe nova Mesa e ouve ministro Guido Mantega

A Comissão Mista de Orçamento escolheu ontem, por aclamação, sua nova Mesa. O deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR) é o presidente da comissão, substituindo o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A vice-presidência ficou com o senador Efraim Moraes (PFL-PB). O relator da comissão agora é o senador Romero Jucá (PMDB-RR). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano será relatada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Após a escolha da nova Mesa, a comissão voltou a ouvir o ministro do Planejamento, Guido Mantega. Ele explicou aos parlamentares a LDO para 2005 e

previu que o país apresentará maior crescimento econômico no segundo semestre deste ano.

– Se olharmos a partir do segundo semestre, já estamos em rota de crescimento. A média de crescimento trimestral foi de 5,8% – disse Mantega.

Questionado sobre a meta de superávit primário, da ordem de 4,25% do Produto Interno Bruto, o ministro confirmou que estes números devem ser mantidos até 2007.

– Infelizmente, isto é uma necessidade. É o meio para garantir o crescimento do país, porque assim nós podemos garantir a sustentabilidade da dívida – afirmou.

Roosevelt Pinheiro

Gerardo Mingella



INTERVENÇÃO Paulo Octávio questiona se entidade tem poder para controlar preços

Senado discute decisão do DAC de suspender promoção

A recente decisão do Departamento de Aviação Civil (DAC) de suspender a promoção da companhia aérea Gol, que reduziu a R\$ 50 as passagens para 27 localidades nacionais, e também as campanhas promocionais da TAM, Varig e Vasp, deverão ser discutidas pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje, às 18h.

A CAE aprovou ontem a audiência pública requerida pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) com o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, o chefe do DAC, major-brigadeiro-do-ar Washington Machado, além dos presidentes das companhias aéreas que fizeram as promoções.

Paulo Octávio, que preside a Subcomissão de Turismo, lembrou que o sucesso da iniciativa da Gol, com a venda de 30 mil passagens em cerca de dez horas, que foi o tempo em que vigorou a promoção, teve efeito imediato na concorrência, desencadeando campanhas promocionais de outras companhias. Mas o DAC, continuou o senador, mandou suspender as promoções, com base em uma portaria que o autoriza a intervir no mercado a fim de coibir atos contra a ordem econômica e assegurar os interesses dos usuários.

O senador questionou se é atribuição do DAC controlar os preços das passagens aéreas e se essa decisão assegura o interesse dos usuários.

– Essa artificialidade contribui para os problemas que perturbam nossas empresas, além de explicar algumas características do mercado de transporte aéreo regular no país, como sua estrutura oligopólica – afirmou Paulo Octávio.

CAE aprofunda debate sobre projeto de parcerias

■ Presidente da comissão, Tebet aceita pedido dos senadores para análise mais cuidadosa da matéria

Um pedido de vista coletiva adiou ontem a discussão e votação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto que institui as chamadas parcerias público-privadas (PPP) para a realização de obras de infra-estrutura e serviços no país. O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), acolheu os pedidos de diversos senadores, destacando que o projeto (PLC 10/04) é “uma das mais importantes matérias, senão a mais impor-

tante, em discussão hoje pelo Senado”.

– Temos que analisar em profundidade essa questão, porque, com o projeto, o poder público quase vai desaparecer, restando a ele somente os poderes de fiscalizar e arrecadar. Temos que levar em conta que estaremos autorizando o Estado brasileiro a entregar à iniciativa privada a construção e exploração de rodovias, ferrovias, hidrelétricas e várias outras obras de infra-estrutura – lembrou o presidente da CAE, que recebeu telefonema do ministro do Planejamento, Guido Mantega, reiterando o interesse do governo na aprovação da proposta, mas desde que cuidadosamente debatida pelos congressistas.

O tema foi longamente discutido pelos membros do colegiado, após a leitura do relatório favorável à aprovação, apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O texto, que recebeu elogios dos presentes, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e passou pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado antes de chegar à CAE.

– Essencial é que fique claro no texto da lei a submissão dos contratos de parceria público-privada à Lei de Responsabilidade Fiscal – destacou Raupp, que anunciou a apresentação de um substitutivo ao texto da Comissão de Infra-Estrutura, para corrigir incorreções na técnica legislativa e tornar as regras mais claras.



CUIDADO Apesar do pedido de vista coletiva, tema foi longamente discutido pelos membros da comissão

Diferentes sugestões indicam que PPP ainda poderá sofrer várias emendas

O projeto que define as normas para licitação e contratação de parcerias público-privadas no país poderá sofrer várias emendas em sua tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos. É o que se depreende do debate travado ontem, quando os senadores pediram vista coletiva da proposta.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) falou sobre os alertas dirigidos ao Congresso Nacional por um renomado especialista em Direito Administrativo, Celso Antonio Bandeira de Mello. Segundo relatou o parlamentar, a preocupação do jurista com relação ao projeto das PPPs é o excessivo aumento do poder do Executivo, a longa duração dos contratos (30 anos), as excessivas garantias oferecidas pelo Estado aos parceiros privados e o maior risco de corrupção.

Líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP) reconhe-

ceu que as PPPs podem “alavancar a capacidade de investimentos do Estado nos projetos de infra-estrutura”, mas também apresentou algumas preocupações em relação ao texto que se discute na CAE.

– A modalidade de licitação prevista no projeto, de duas rodadas de lances para escolha do ganhador do contrato, estimula a cartelização. Propostas em envelope fechado ou leilão são as fórmulas consagradas e mais transparentes de concorrência – avaliou Mercadante.

Para o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), justamente por caminhar “no limiar” entre o interesse público e privado é que o projeto precisa ter discussão aprofundada.

– Vejo, por exemplo, que o texto atual dá muitas garantias ao parceiro privado. Mas onde é que está a pequena parcela de risco que todo investimento deve ter no regime capitalista?

– indagou.

O senador César Borges (PFL-BA) manifestou sua preocupação com possíveis desvios na utilização do sistema de parceria.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que vai reapresentar, na Comissão de Assuntos Econômicos, emenda que torna obrigatória a realização de auditoria em toda empresa que firmar contrato de PPP.

Um alerta sobre a necessidade de se adaptar a legislação que trata das agências reguladoras, no que diz respeito às futuras parcerias, foi feito pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) registrou que o governador de seu estado, Blairo Maggi, já tem inovado na administração pública, ao construir, em regime de parceria com a iniciativa privada, centenas de quilômetros de rodovias.



SABATINA Loria disse na CAE que mercado de capitais tem situação favorável no país

Aprovada indicação de Eli Loria para a CVM

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou por unanimidade, com 18 votos, a indicação do administrador Eli Loria para compor a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O nome de Loria ainda será submetido ao Plenário. Na reunião, os integrantes do colegiado ressaltaram a competência do indicado pelo presidente da República para ocupar o cargo.

No seu parecer, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou a formação acadêmica e a larga experiência de Loria, que ingressou na CVM como analista de mercado de capitais, por concurso público, em outubro de 1978. Bacharel em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestre em Administração pela entidade que congrega os cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppeade/UFRJ) e pós-graduado em Direito Societário pela Universidade de São Paulo (USP), Loria fez sua carreira dentro da CVM. Ele foi gerente de acompanhamento de empresas e superintendente de relações com empresas. Em 1995, assumiu o cargo de superintendente regional do órgão em São Paulo, comandando o principal escritório da CVM fora de sua sede, o Rio de Janeiro, função que exerce até hoje.

Aos senadores, Loria afirmou que o mercado de capitais possui atualmente condições propícias para o seu desenvolvimento no país, em função da necessidade das empresas de obter, internamente, recursos para financiar suas atividades. Ele considerou que, ao longo dos últimos 25 anos, o mercado vem tentando se firmar, apesar de todos os atropelos.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Senadores da CE debatem pontos polêmicos, em audiência com secretário de Educação Superior do MEC, presidentes da Andifes e da UNE, conselheiro da SBPC e diretor da Anup



DEBATES Osmar Dias (terceiro da direita para a esquerda) preside audiência na Comissão de Educação

Especialistas discutem propostas do governo

O aproveitamento escolar de alunos que venham a ingressar nas universidades federais pelo sistema de cotas para estudantes afro-descendentes e provenientes de escolas públicas foi debatido ontem no Senado. Os integrantes da Comissão de Educação (CE) analisaram o tema em audiência pública sobre a reforma universitária.

Ao abrir os debates, o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), autor do requerimento para a realização da audiência, recordou as dificuldades para se identificar, no Brasil, quem é afro-descendente. E questionou se os alunos da rede pública beneficiados pelas cotas terão a mesma qualificação para acompanhar os cursos que os que ingressarem pelo sistema de vestibular.

Em resposta, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Nelson Maculan, disse que a permanência na universidade é tão importante quanto o ingresso. E que, para garantir a permanência dos beneficiados pelas cotas, as universidades terão mecanismos de acompanhamento.

– O Ministério da Educação terá a responsabilidade de atender ao novo alunato – afirmou Maculan, que manifestou ainda posição contrária ao fechamento de 43 cursos em universidades do Paraná, também mencionado por Osmar Dias.

O senador questionou o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Lemos Petta, sobre a intenção do governo de isentar de impostos instituições privadas, incluídas

no programa Universidade para Todos. Petta informou que a UNE vê pontos positivos no projeto, como a obrigação imposta às entidades filantrópicas de conceder bolsas a pelo menos 20% dos alunos, mas afirmou ser contrário à isenção de impostos para instituições de ensino com fins lucrativos.

Durante o debate, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) observou que, antes de discu-

tir os detalhes da reforma, o país deveria debater o tipo de universidade que deseja ter. O atual sistema, recordou, foi criado em 1968 pelo regime militar, quando ainda havia o Muro de Berlim e não existiam a Internet e o microcomputador.

– Mudou tudo de lá para cá, menos a universidade. O setor privado explodiu, mas a instituição não mudou e não vejo um desejo de revolução, para que a universidade sirva ao mundo e ao Brasil do século 21 – disse Cristovam.

Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu a inclusão do estímulo à interiorização. Ele citou o exemplo do oeste de Santa Catarina, cuja população aguarda a criação de uma universidade federal. Em resposta, Maculan concordou com a interiorização, mas observou que é mais fácil criar *campi* avançados de universidades já existentes do que criar unidades. Por sua vez, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) questionou a isenção de impostos para instituições particulares. A prioridade, a seu ver, deveria ser a recuperação de universidades federais.

Reforma tributária

Ao final da reunião, Osmar Dias pediu ao senador Hélio Costa (PMDB-MG) que interceda junto ao relator da proposta de reforma tributária na Câmara, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), para que ele reconsidere veto a emenda apresentada pela CE que isenta da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as emissoras de televisão por assinatura.

Projeto chega ao Congresso até novembro

O governo enviará ao Congresso, até novembro, um projeto de lei que estabelecerá as linhas principais da reforma universitária. A previsão é do secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Nelson Maculan, para quem não se deve confundir a reforma universitária com outras medidas vistas como urgentes, a exemplo das cotas para afro-descendentes e alunos provenientes de escolas públicas.

O conselheiro João Cláudio Todorov, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), disse acreditar que as principais propostas sofrerão, até novembro, um processo de “decantação”, que leve a um projeto “amplamente aceito” de reforma universitária.

Por sua vez, o diretor-executivo da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), José Walter Pereira dos Santos, apontou como principal objetivo da reforma universitária a busca permanente de um ensino de qualidade.

Andifes e UNE querem mais cursos noturnos

A presidente da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ana Lúcia Almeida Gazzola, e o presidente da UNE, Gustavo Petta, defendem o aumento de vagas nos cursos noturnos nas universidades públicas como meio de inclusão social.

Ana Lúcia lembrou que a Andifes encaminhou documento ao governo federal em agosto de 2003, apresentando sugestões para a reforma universitária, sendo uma delas a elevação de 25 mil vagas para os cursos noturnos. Para isso, observou, serão necessários recursos para cobrir os custos da energia elétrica, que são, segundo informou, 9,8 vezes superiores no período da noite.

A presidente da Andifes disse esperar respostas para as propostas encaminhadas ao governo no contexto da reforma universitária que o Executivo deverá enviar ao Congresso. A instituição apresentou também sugestões para que seja dobrado, no período de

quatro anos, o número de alunos em cursos superiores.

De acordo com Ana Lúcia, a discussão da reforma do ensino superior deve se basear em dois princípios: na afirmação da educação superior como política de Estado e no conceito de educação superior como sistema nacional, que abriga instituições públicas e privadas.

A educação superior é condição fundamental para a inclusão social, não apenas do indivíduo mas de toda a sua família, ressaltou a presidente da Andifes. Ela lembrou que no Brasil apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos estão em universidades, percentual que chega a 24% na Argentina.

Gustavo Petta também defendeu um projeto para o ensino superior que esteja voltado para a inclusão social, a formação crítica e a conquista da soberania do país. Para o presidente da UNE, será necessária uma reformulação estrutural dos currículos. Ele defende ainda a criação de um fundo, não sujeito a contingenciamento de recursos, para financiar o ensino superior público.

Hélio Costa critica a falta de recursos para custeio

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) reiterou cobrança ao Executivo para liberação de verbas para as universidades públicas. Para o senador, é inadmissível a situação de falta de recursos para custear gastos básicos das instituições, como o pagamento de contas de luz e água, a exemplo do que está acontecendo com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Durante a audiência pública na CE, Hélio Costa questionou se a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação seria capaz de cumprir as funções estabelecidas pela Portaria 1.263, de 14 de maio, que atribuiu ao órgão a responsabilidade de executar atividades regulatórias sobre as instituições de ensino superior, como

o credenciamento dos cursos. Para o senador, a portaria foi precipitada.

O secretário Nelson Maculan reconheceu que a estrutura atual não consegue atender a todas as demandas das mais de 2 mil instituições de ensino superior e dos mais de 18 mil cursos no país. Ele informou, entretanto, que está tentando montar esquema que dê respostas mais rápidas ao setor.

Ética

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a implantação da disciplina Ética no currículo universitário e em todo o sistema educacional. Para ele, a introdução, na estrutura curricular, de princípios que contribuam para formar o caráter dos cidadãos pode ser feita sem grandes custos financeiros.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Hélio Costa